

GUARANI

Funai promete a demarcação

Mais uma vez, o órgão indigenista oficial se compromete a regularizar a situação das áreas dos Guarani de Mato Grosso do Sul. Dá para acreditar?

Sete líderes Guarani estiveram na sede da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, no início de novembro, reivindicando providências para a demarcação de cinco áreas indígenas: Pirakuá, Jaguapiré, Paraguasu, Jarará e Cerrito, localizadas no Mato Grosso do Sul. As três primeiras estão sub judice, na Justiça Federal do Estado, e a solução para Jarará e Cerrito depende apenas de encaminhamento administrativo da Funai.

Antônio Carlos Queiroz



O presidente da Funai (de costas, na foto ao lado) reconheceu que a situação dos Guarani é calamitosa. Walter Mendes, da Suaf (foto abaixo), solicitou a atualização dos dados para a demarcação

Muitas vezes, o motivo que levou essas e outras áreas indígenas aos tribunais é o mesmo: a partir da década de 40, o Estado transferiu a particulares grande parte dos territórios dos índios. Hoje, esses títulos de terras estão sendo reivindicados na Justiça. Até junho do ano passado, somente no Mato Grosso, 5 milhões de hectares de terras indígenas estavam sub judice. Não há estatísticas quanto ao Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do Brasil, com 36 mil pessoas. Como se recorda, Mato Grosso foi desmembrado em dois Estados em 1977.

Assassino de Marçal ganhou posse de área

Apesar dos laudos antropológicos expedidos pela própria Funai, que comprovam serem as áreas Pirakuá, Jaguapiré e Paraguasu de ocupação imemorial dos Guarani, o Grupo de Trabalho Interministerial (o "Grupão") não as reconheceu como áreas indígenas. Esta decisão serviu para que o juiz federal Luiz Calixto de Bastos, da primeira Vara da Justiça Federal no Mato Grosso do Sul, desse, no dia 4 de outubro, sentença de reintegração de posse da Área Indígena Pirakuá a Líbero Monteiro de Lima, o mandante do assassinato de Marçal Tupã-y.

Um dos mais destacados líderes indígenas brasileiros, o Guarani Marçal Tupã-y foi morto em novembro de 1983, porque lutava pela demarcação da Área Indígena Pirakuá, situada no município de Bela Vista. Passados sete anos, o crime continua impune e as terras não foram asseguradas aos índios.

Até o momento, o juiz Luiz Calixto não concedeu liminar para a expulsão dos índios da Área Indígena Pirakuá, e a comunidade recorreu ao Tribunal Regional Federal, em São Paulo. O juiz também deu sentença favorável de reintegração de posse aos pretendentes da área Jaguapiré e deverá julgar a questão que envolve Paraguasu, outro território indi-

gena pretendido por fazendeiros com titulação concedida pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Funai reconhece gravidade da situação

Em Brasília, os Guarani foram ouvidos pelo presidente da Funai, Cândido Guerreiro Guimarães, que formalmente reconheceu a gravidade de sua situação. Depois eles se reuniram com o superintendente de Assuntos Fundiários, Walter Mendes, e com o superintendente Regional da Funai em Cuiabá, Odenir Pinto de Oliveira. Após várias horas de debate, Odenir Pinto prometeu visitar as áreas guarani, acompanhado de uma equipe técnica, até meados de dezembro, para atualizar os dados que deverão ser reapresentados para a demarcação dos territórios. Walter Mendes explicou que neste momento a Funai não sabe como será a política de demarcação das terras indígenas, já que o "Grupão" deverá desaparecer.

Durante a reunião, os índios deixaram claro que não aceitarão qualquer acordo que reduza suas terras. Esta decisão ficou registrada no documento em que a Funai firmou o roteiro que deverá executar para a demarcação das cinco áreas indígenas.

Os Guarani foram a Brasília acompanhados pelo advogado Jorge Nei Gonçalves, do Projeto Kayová-Nhandeva (PKN), pelo antropólogo Celso Aoki, coordenador do PKN, e

pelo advogado Maucir Pauletti, do Cimi/Mato Grosso do Sul.

A promiscuidade é um dos maiores problemas

Embora a Funai tenha sido solícita, os índios não ficaram totalmente satisfeitos, como manifestou o segundo cacique da Área Indígena Jarará, Assunção Gonçalves: "O que nós pensávamos fazer, ele (o superintendente de Assuntos Fundiários) prometeu. Achei bom. Foi a única solução que a gente recebeu, fazer o le-

vantamento das cinco áreas. Fiquei meio contente com isto. Depois que a comunidade estiver lá dentro da área, daí fico contente".

Carlos Valientes, Kayová da aldeia Sete Serros, explicou que a proximidade com que os índios vivem uns dos outros causa vários problemas: "Achei boa a reunião em Brasília, só que estão levando a coisa muito devagar. Os mais sacrificados são os despejados de suas terras. Eles estão embarracados (vivendo em barracos). Não fazem casas decentes porque nunca sabem se terão de ir embora outra vez. Na aldeia Porto Lindo tem um velho de 73 anos sofrendo. A aldeia é muito apertada, não tem como fazer roça, está todo mundo alinhado, casas uma ao lado da outra, sem espaço, igual na cidade. Aí, os índios começam a brigar, porque estão perto demais. Ainda tem mais, morador antigo lá tem muito filho, daí vai precisar mais terra depois, pra que eles possam viver".

Conforme o Kayová José Bonifácio Veron, da Área Indígena Dourados, a questão da terra é o principal problema dos Guarani, mas ele faz questão de lembrar que o trabalho nas destilarias de álcool da região também está em suas preocupações.

No dia 30 de outubro, Veron denunciou à Secretaria de Justiça e do Trabalho do Estado o desaparecimento do índio Amantino Martins de Souza e sua mulher Aldete Gonçalves da Silva, contratados pela Usina Rio Brillante por um período de dois meses. Na denúncia, afirma ter sido informado que os dois teriam sido assassinados e jogados num rio. Veron reclamou ainda a indenização pela morte do menino Paulinho Bentes, de 13 anos, morto na Destilaria Nova Andralina, em agosto. "Foi prometida uma indenização à família, mas a empresa não cumpriu".

Quinze suicídios em 1990

Cerca de 20 mil Guarani — que se dividem nos subgrupos Kayová, Mbiá e Nhandeva — vivem em 16 mil hectares no Mato Grosso do Sul. Em 1990, quinze índios desta nação suicidaram-se e outros 24 tentaram se matar. Doze mortes ocorreram na Área Indígena Dourados, município de Dourados. A Funai afirma que a maioria dos suicídios ocorreu por enforcamento, mas não sabe informar o número exato. Esclarece, no entanto, que a maior incidência de enforcamentos registra-se na faixa de 11 a 15 anos de idade.

O Kayová José Bonifácio Veron, da Área Indígena Dourados, considera que a superpopulação deste território — cerca de 6.300 pessoas em 3 mil 475

hectares — e a busca de trabalho fora das aldeias sejam duas das principais razões para o suicídio. Ele diz que os índios geralmente trabalham em usinas de açúcar instaladas na região, em regime de semi-escravidão, consomem bebidas alcoólicas, contraem doenças e são punidos fisicamente e ameaçados à mão armada pelos capatazes das empresas. Na pouca terra que lhes sobrou, os Kayová, sem perspectivas de viverem como Kayová, enfrentam um claro impasse cultural.

Os motivos do suicídio alegados por Veron são os mesmos apontados pela psicóloga da Funai que está estudando o caso, Maria Aparecida Pereira.

—insj sobdsber nstci soibnt aO